

N.O.G.S.P.E
Empreendimentos
e Participações
S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstração do resultado	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein
89202-200 - Joinville/SC - Brasil
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil
Telefone +55 (47) 3205-7800
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e diretores da
N.O.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da N.O.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da N.O.G.S.P.E.

Empreendimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

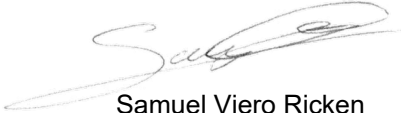
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 30 de abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SC-000071/F-8



Samuel Viero Ricken
Contador CRC SC-030412/O-1

N.O.G.S.P.E. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A.

CNPJ: 34.405.822/0001-74

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais - R\$)

ATIVO	notas	2025	2024	PASSIVO	notas	2025	2024
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalente de caixa	5	6.020	5.231	Fornecedores	27		6
Dividendos a receber	6 b)	48.780	39.466	Impostos a pagar	7		5
Impostos a recuperar		307	185	Dividendos a pagar	7 c)	47.816	39.643
Total do circulante		55.107	44.882	Total do circulante		47.850	39.654
NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7		
Investimentos	6	508.703	396.520	Capital social		260.355	260.355
				Reserva Legal		28.973	18.907
				Retenção de Lucros		226.632	122.486
Total do não circulante		508.703	396.520	Total do patrimônio líquido		515.960	401.748
TOTAL DO ATIVO		563.810	441.402	TOTAL DO PASSIVO		563.810	441.402

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

N.O.G.S.P.E. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A.**CNPJ: 34.405.822/0001-74****Demonstração do Resultado****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024***(Em milhares de Reais - R\$)*

	notas	2025	2024
Gerais e administrativas	8	(406)	(435)
Despesas tributárias	9	(83)	(74)
Resultado de equivalência patrimonial	6	200.441	166.174
Resultado operacional antes do resultado financeiro		199.952	165.665
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	10	1.786	1.595
Resultado financeiro, líquido		1.786	1.595
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		201.738	167.260
Imposto de renda e contribuição social	11	(408)	(342)
Lucro líquido do exercício		201.330	166.918

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

N.O.G.S.P.E. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais - R\$)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	<u>201.330</u>	<u>166.918</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>201.330</u></u>	<u><u>166.918</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

N.O.G.S.P.E. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A.

CNPJ: 34.405.822/0001-74

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	Reserva legal	Retenção de Lucro	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	260.355	10.561	65.493	-	336.409
Lucro do exercício				166.918	166.918
Distribuição de lucros			(61.936)	-	(61.936)
Reserva legal		8.346		(8.346)	-
Dividendos mínimos obrigatórios				(39.643)	(39.643)
Constituição de reserva de lucros			118.929	(118.929)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	260.355	18.907	122.486	-	401.748
Lucro do exercício				201.330	201.330
Distribuição de lucros			(39.302)	-	(39.302)
Reserva legal		10.066		(10.066)	-
Dividendos mínimos obrigatórios				(47.816)	(47.816)
Constituição de reserva de lucros			143.448	(143.448)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	260.355	28.973	226.632	-	515.960

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

N.O.G.S.P.E. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais - R\$)

	2025	2024
Resultado de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	201.738	167.260
Ajustes por:		
Resultado de equivalência patrimonial	(200.441)	(166.174)
	<u>1.297</u>	<u>1.086</u>
Variações nos ativos e passivos		
Impostos a recuperar	(122)	(29)
Fornecedores	21	1
Impostos federais	2	-
Imposto renda e contribuição social pagos	(408)	(342)
	<u>790</u>	<u>716</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	790	716
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Dividendos recebidos de investida	78.944	82.123
	<u>78.944</u>	<u>82.123</u>
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	78.944	82.123
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Distribuição de lucros aos socios	(78.945)	(82.581)
	<u>(78.945)</u>	<u>(82.581)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(78.945)	(82.581)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	789	258
Demonstração de aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	5.231	4.973
No fim do exercício	<u>6.020</u>	<u>5.231</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	789	258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A N.O.G.S.P.E Empreendimentos e Participações S.A. (“Companhia ” ou N.O.G.S.P.E), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 02 de agosto de 2019 e tem por objeto social a participação, direta ou indireta, como sócia ou acionista, em outras sociedades que tenham como objeto social a construção, reforma, ampliação, arrendamento, exploração, administração, etc., de instalações portuárias de uso público e/ou privado, retroáreas, áreas de armazenagem, condomínios logísticos, incluindo outros meios de transporte, e atividades logísticas correlatas, bem como a prestação de serviços relativos a logística, comércio internacional, exportação e importação.

Tendo sua sede e foro na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.507, conj. 61 – 6º andar, CEP 04547-005, Vila Olímpia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a Companhia concentra seus investimentos na sociedade controlada em conjunto Portinvest Participações S.A (“Portinvest”), sendo este seu único investimento representado por 49% do capital da Portinvest.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 30 de abril de 2026. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada em conjunto. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Investimento em controlada em conjunto

O investimento em entidade controlada em conjunto é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como despesa (ou receita) operacional. Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais a Companhia possui controle compartilhado, estabelecido em acordo de acionistas e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais. Quando a participação da Companhia nos prejuízos de uma investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa investida registrado por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo que fazem parte do investimento, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Companhia tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos.

Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e sua controlada em conjunto são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (“impairment”) do ativo transferido e contempla as seguintes entidades:

	Participação (%)
Controlada em conjunto:	
Portinvest Participações S.A (“Portinvest”)	49,00

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as práticas contábeis da controlada em conjunto estão consistentes com as práticas contábeis da Companhia. Quando necessário, as práticas contábeis da controlada em conjunto são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

Decorrente da reestruturação societária da Companhia LOGZ S.A. ocorrido em fevereiro de 2020, a Companhia incorporou os ativos cindidos da LOGZ S.A., o que inclui um saldo de ágio por expectativa de rentabilidade futura. O ágio foi gerado e registrado na LOGZ S.A. quando da aquisição, pela sua então controlada em conjunto Portinvest Participações S.A. O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

b. Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

- **Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários a vista) e investimentos de curto prazo (aplicações financeiras) considerado de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são mostradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

d. Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado, incluindo a participação em uma investida reconhecida por equivalência patrimonial, é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a N.O.G.S.P.E não aceitaria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e ativos financeiros mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto a perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra empréstimos e recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Administração não identificou nenhuma provisão que devesse ser reconhecida nas demonstrações financeiras.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

g. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e outras receitas. Essas receitas são reconhecidas no resultado.

4 Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2025

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber: resultados operacionais, de investimentos, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não muda.

As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota em demonstrações financeiras.

Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto da adoção do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, da demonstração dos fluxos de caixa e das divulgações adicionais exigidas para MPMS. O Grupo também está revisando orientações sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros".

Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham algum impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS9 e IFRS7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (IFRS9 e IFRS7)

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Aplicações financeiras		
Banco Itaú - CDB DI	6.020	5.231
	6.020	5.231

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários sendo a remuneração de 96,5% (97% em 2024) da variação do CDI, as quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essas razões, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

6 Investimento em controlada em conjunto

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os principais dados financeiros da controlada em conjunto, Portinvest, podem ser sumarizados como segue:

	2025	2024
Ativo circulante	97.755	81.195
Ativo não circulante	782.091	550.700
Passivo circulante	99.551	80.546
Patrimônio líquido	780.295	551.349
Lucro do exercício	409.064	339.131
Participação da Companhia no capital social	49%	49%

A movimentação do investimento no período pode ser sumarizada como segue:

	2025	2024
Investimentos		
Saldo inicial	270.162	205.046
Dividendos propostos a receber (b)	(88.258)	(101.059)
Equivalência patrimonial	200.442	166.174
Total do investimento	382.345	270.162
Ágio Portinvest (a)	126.358	126.358
Total de investimento	508.703	396.520

- (a) Em 11 de fevereiro de 2020, dando continuidade ao processo de reorganização societária envolvendo a LOGZ e suas investidas, iniciado em 2018, a LOGZ realizou uma cisão parcial, cujo acervo cindido era composto, dentre outros elementos, (i) pela totalidade da participação detida pela LOGZ na N.O.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o n.º 34.405.822/0001-74 (“N.O.G.S.P.E.”), representativas de 100% (cem por cento) do capital social da N.O.G.S.P.E., e (ii) pela totalidade da participação detida pela LOGZ na Portinvest Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o n.º 07.030.611/0001-21 (“Portinvest”), representativas de 49% (quarenta e nove por cento) do capital social da Portinvest. O acervo cindido foi destinado da seguinte forma (i) atribuição das ações de emissão da N.O.G.S.P.E. diretamente aos acionistas da LOGZ, quais sejam, Logística Brasil – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, inscrito no CNPJ sob o n.º 08.053.318/0001-42, Brasil Portos e Ativos Logísticos – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, inscrito no CNPJ sob o n.º 14.737.553/0001-36 e Empreendedor Brasil – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, inscrito no CNPJ sob o n.º 08.872.944/0001-60, e (ii) com recebimento pela N.O.G.S.P.E. das ações de emissão da Portinvest.
- (b) Em 07 de maio de 2025 foram recebidos da Portinvest o montante de R\$ 78.945 referente a dividendos distribuídos, sendo: (i) R\$39.466 referentes aos dividendos mínimos obrigatórios; e (ii) R\$39.478 referentes ao complemento proposto na AGO da Portinvest de 23 de abril de 2025.

Dividendos provisionados pela Portinvest Participações S.A., sendo: (i) R\$39.478 foram recebidos no exercício de 2025 e (ii) R\$48.780 não foram recebidos pela NOGSPE durante o exercício de 2025, portanto, foram mantidos no ativo na rubrica de dividendos a receber.

(i) Ágios na aquisição de investimentos

Ágio gerado por expectativa de rentabilidade futura proveniente da aquisição de participação societária na Portinvest. O ágio está fundamentado em laudo de rentabilidade futura e reconhecido na rubrica de “Investimento” no valor de R\$126.358.

Anualmente a Companhia realiza testes de impairment e no melhor de conhecimento a respeito dos negócios e atividades da investida, concluiu-se pela não necessidade de baixa ou constituição de provisão para perdas sobre os ágios apresentados no balanço patrimonial levantado para 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(ii) Informações gerais sobre a controlada em conjunto

Portinvest e Porto Itapoá

A Portinvest, com sede em Joinville, Santa Catarina, foi constituída em 31 de agosto de 2004, e tem por objeto social a construção, reforma, ampliação, melhoria, exploração, arrendamento mercantil e administração de instalações e terminais portuários, prestação de serviços relativos à logística, comércio internacional, exportação e importação, podendo ainda participar em outras empresas ou empreendimentos como acionista ou quotista, em especial as que desenvolvam atividades relacionadas a serviços portuários, logísticos ou de exportação e importação.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Portinvest possuía investimento de 70% do capital social da Itapoá Terminais Portuários S.A., empresa portuária em fase operacional, que teve início das suas operações em junho de 2011.

A Itapoá Terminais Portuários é um terminal portuário de uso privado e tem como principal atividade a operação portuária e demais atividades correlatas como agenciamento de fretes, engajamento de cargas, logística e movimentação de cargas gerais e carga containerizada, podendo, ainda, participar em outras Companhias ou empreendimento como acionista ou quotista. A missão é integrar negócios com modernidade, sustentabilidade e eficiência.

O Porto Itapoá possui um pátio de 455 mil m². Essa infraestrutura tem uma capacidade estática de 34 mil TEUs (unidade de medida equivalente a um contêiner de 20 pés), o que permite movimentar 1,8 milhão de TEUs por ano.

Todas as licenças e autorizações dos órgãos governamentais necessárias para a implantação do porto estão válidas, dentro de seus prazos legais.

A Companhia não tem obrigação de pagamento de remuneração à União, ou quaisquer outros ônus, em função da exploração do terminal portuário.

7 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e totalmente integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 260.355, divididos em 684.638.285 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

	2025	
	Quantidade de ações	%
Brasil Portos e Ativos Logísticos - FIP	138.111.219	20,17%
Infra Portos Participações S.A.	457.442.836	66,82%
Empreendedor Brasil - FIP	89.084.230	13,01%
	684.638.285	100,00%

	2024	
	Quantidade de ações	%
Brasil Portos e Ativos Logísticos - FIP	138.111.219	20,17%
BRZ Infra Portos FIP Infraestrutura	457.442.836	66,82%
Empreendedor Brasil - FIP	89.084.230	13,01%
	684.638.285	100,00%

Em 12 de julho de 2019, conforme AGE de constituição de sociedade por ações, foi aprovado a constituição do capital social no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) com emissão de 500 (quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal,

Em 11 de fevereiro de 2020, conforme AGE, foi aprovado o Protocolo e Justificação de Cisão Parcial celebrado entre a Companhia e a empresa LOGZ Logística Brasil S.A. (“LOGZ”). Nesta operação a Companhia aprovou a incorporação do Acervo Cindido resultante da cisão parcial da LOGZ, corresponde, na Data Base, no valor de R\$273.855. Em razão da Cisão Parcial da LOGZ e da incorporação do Acervo Cindido pela Companhia, em conformidade com o Protocolo de Cisão Parcial, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, que passou dos atuais R\$500,00 (quinhentos reais), para R\$273.856, um aumento, portanto, no valor de R\$273.855, observado que, para fins do aumento de capital decorrente da incorporação do Acervo Cindido, foi desconsiderado o montante de R\$200,00 (duzentos reais), relativo à parcela do Acervo Cindido correspondente à porção do preço de emissão das ações de emissão da própria Companhia que se encontrava integralizada na Data Base. Dessa forma, foram emitidas 684.637.785 (seiscentos e oitenta e quatro milhões, seiscentas e trinta e sete mil e setecentas e oitenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço por ação de R\$0,40 (quarenta centavos de real), nos termos estabelecidos no Protocolo de Cisão Parcial, todas elas subscritas pela LOGZ em nome de suas atuais acionistas, e na proporção por eles atualmente detida no capital social da própria LOGZ.

Logz Logística Brasil S.A.	Saldos em 31/12/2019	Acervo a ser cindido
Ativo circulante	8.614.976	50.000
Ativo não circulante	273.857.362	273.805.314
Realizável a longo prazo	300	-
Investimentos	147.490.331	147.446.831
Imobilizado	8.248	-
Intangível	126.358.483	126.358.483
Total do ativo	282.472.337	273.855.314
Passivo circulante	1.981	-
Passivo não circulante	-	-
Patrimônio líquido	282.470.357	273.855.314
Total do passivo	282.472.338	273.855.314

Em 22 de maio de 2020, conforme AGE, foi aprovado a redução de capital da companhia, sem cancelamento de ações, no montante de R\$13.501, passando o capital social de R\$273.856 para R\$260.355, com a consequente reversão aos acionistas da Companhia do valor equivalente à redução, nas respectivas proporções detidas no capital social da Companhia.

Em 17 de julho de 2025, conforme AGE da Infra Portos Participações S.A., foi efetuada a transferência de participação societária detida pelo BRZ Infra Portos FIP em Infraestrutura referente 457.442.836 ações (participação de 66,82% no capital social da N.O.G.S.P.E.) para a Infra Portos Participações S.A.

b. Reserva legal

É constituída na proporção de 5% (cinco por cento) do lucro do exercício para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social integralizado. Em 31 de dezembro de 2025 foi constituído montante de R\$ 10.066 de reserva legal que totaliza o valor de R\$28.973 (2024 - R\$ 18.907).

c. Dividendos mínimos obrigatórios

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, aos titulares de ações será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária.

Em relação ao resultado apurado em 2025, a parcela dos dividendos relativa ao mínimo obrigatório no valor de R\$ 47.816 (2024 - R\$ 39.643), que se caracteriza efetivamente como obrigação presente, está reconhecida no passivo da entidade.

d. Dividendos distribuídos

A Administração deliberou em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 11 de junho de 2025 pelo pagamento de distribuição de lucros no valor total de R\$ 78.945, sendo: (i) R\$ 39.643 referente a provisão de distribuição de lucros aos sócios feita em dezembro de 2024 e (ii) R\$ 39.302 da conta de reserva de lucros da Companhia.

e. Retenção de lucros

Tal reserva é constituída com base em orçamento de capital elaborado e aprovado pela Assembleia Geral, podendo o seu saldo distribuído em um prazo de até três anos, contados a partir de sua constituição.

Em 2025, a Companhia apresentou lucro de R\$201.330 (2024 de R\$166.918), sendo destinado: (i) 5% foram destinados para reserva legal R\$10.066 (2024 – R\$8.346), (ii) 25% foram destinados para provisão para distribuição de lucros no valor de R\$47.816 (2024 – R\$39.643) e (iii) o restante no montante de R\$143.448 (2024 – R\$118.929) foram destinados para retenção de lucros, para futura destinação aos sócios.

8 Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Serviços de consultoria e assessoria	78	79
Honorários de auditoria	110	82
Honorários advocatícios	215	272
Outras despesas gerais e administrativas	3	2
Total	406	435

9 Despesas tributárias

	2025	2024
PIS s/receitas financeiras	12	10
COFINS s/receitas financeiras	<u>71</u>	<u>64</u>
Total	<u>83</u>	<u>74</u>

10 Receitas financeiras

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.761	1.582
Variações monetárias ativas	<u>25</u>	<u>13</u>
Total	<u>1.786</u>	<u>1.595</u>

11 Imposto de renda e contribuição social

	2025	2024
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	201.738	167.260
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social Pela alíquota fiscal combinada	(68.591)	(56.868)
Ajuste do adicional (10% de R\$240)	24	24
Adições e exclusões permanentes		
Equivalência patrimonial em investimento	68.150	56.499
Outras adições/exclusões	<u>9</u>	<u>3</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(408)</u>	<u>(342)</u>
Alíquota efetiva	<u>(0,20%)</u>	<u>(0,20%)</u>

12 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

a. Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de análises periódicas da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros.

13 Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

14 Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de seus passivos.

A Administração monitora as previsões das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia estão livres para uso imediato e são suficientes para administrar o risco de liquidez.

15 Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possuía mútuos passivos sujeitos ao risco da taxa de juros.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2025

N.O.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A.

Senhores Acionistas,

A Administração da N.O.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A., em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes da KPMG Auditores Independentes Ltda.

1. Contexto Operacional

A N.O.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, sem atividade operacional própria, constituída em agosto de 2019, com sede na Cidade de São Paulo/SP. Trata-se de uma holding não operacional, cujo único ativo é a participação de 49% no capital social da Portinvest Participações S.A. ("Portinvest"), controlada em conjunto. A Portinvest, por sua vez, é a holding intermediária detentora de 70% do capital social da Itapoá Terminais Portuários S.A. ("Porto Itapoá" ou "Itapoá"), a empresa operacional investida indiretamente.

O Porto Itapoá, localizado no município de Itapoá/SC e em operação desde junho de 2011, é um terminal portuário de uso privado voltado a movimentação e armazenagem de cargas containerizadas, além de atividades correlatas de logística e comércio exterior. A cadeia societária do grupo pode ser resumida como: N.O.G.S.P.E. (49%) -> Portinvest (70%) -> Porto Itapoá (operacional).

A Companhia não conta com empregados ou estrutura operacional própria. Seus resultados derivam integralmente do desempenho da Portinvest e, por consequência, do Porto Itapoá, reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial.

2. Desempenho da Companhia em 2025

O exercício de 2025 foi marcado pelo forte desempenho operacional do Porto Itapoá, que se refletiu positivamente nos resultados da Companhia via equivalência patrimonial sobre o investimento na Portinvest. Os principais indicadores financeiros da N.O.G.S.P.E. no período são apresentados a seguir:

Indicador	2025	2024
Resultado de Equivalência Patrimonial (R\$ mil)	200.441	166.174
Receitas Financeiras (R\$ mil)	1.786	1.595
Lucro Líquido do Exercício (R\$ mil)	201.330	166.918
Total do Ativo (R\$ mil)	563.810	441.402
Patrimônio Líquido (R\$ mil)	515.960	401.748

O lucro líquido atingiu R\$ 201,3 milhões em 2025, crescimento de 20,6% em relação aos R\$ 166,9 milhões de 2024. Esse resultado foi impulsionado substancialmente pelo resultado de equivalência patrimonial de R\$ 200,4 milhões, reflexo direto do crescimento do Porto Itapoá. O total do ativo cresceu 27,7%, de R\$ 441,4 milhões para R\$ 563,8 milhões, em decorrência da valorização do investimento na Portinvest.

As despesas administrativas totalizaram R\$ 406 mil, com redução ante os R\$ 435 mil de 2024. Em maio de 2025, a Companhia recebeu R\$ 78,9 milhões a título de dividendos da Portinvest, referentes à distribuição de resultados do Porto Itapoá.

3. Desempenho Porto Itapoá: Empresa Operacional Investida Indiretamente

No aspecto operacional, destacamos o desempenho do Porto Itapoá no exercício de 2025. O terminal consolidou sua posição como um dos mais ágeis e eficientes da América Latina, com visão estratégica de tornar-se o maior e mais eficiente terminal da América do Sul. Com a conclusão da Fase III de expansão, em 2024, o Porto Itapoá passou a contar com pátio de 455 mil m2, capacidade estática de 34 mil TEUs e capacidade de movimentação de 1,8 milhão de TEUs por ano.

Em março de 2025, o terminal deu início a Fase IV de expansão — com foco na aquisição de novos equipamentos portuários e ampliação do pátio, com duração prevista de dois anos, financiada em parte pela 5ª emissão de debentures de R\$ 350 milhões realizada em maio de 2025. Somada à 4ª emissão ainda vigente (R\$ 750 milhões), a estrutura de capital da operacional continua compatível com seu plano de crescimento de longo prazo, mesmo considerando as distribuições de resultado propostas. Em 31 de dezembro de 2025, todos os covenants financeiros foram integralmente cumpridos.

Indicador	2025	2024
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	1.435.219	1.222.673
Lucro Líquido (R\$ mil)	584.466	484.547
Total do Ativo (R\$ mil)	2.812.458	2.071.061
Patrimônio Líquido (R\$ mil)	1.114.050	786.637

Dados extraídos das demonstrações financeiras auditadas do Porto Itapoá (Itapoá Terminais Portuários S.A.) em 31/12/2025. A N.O.G.S.P.E. detém participação indireta de ~34,3% no capital do Porto Itapoá (49% x 70%).

A receita líquida do Porto Itapoá cresceu 17,4% em 2025, atingindo R\$ 1,44 bilhão (vs. R\$ 1,22 bilhão em 2024). O lucro líquido cresceu 20,6%, de R\$ 484,5 milhões para R\$ 584,5 milhões, enquanto a posição de caixa avançou de R\$ 468,0 milhões para R\$ 761,9 milhões, reflexo da robusta geração operacional de caixa no exercício.

4. Perspectivas e Agradecimentos

A Administração vislumbra perspectivas positivas para 2026, ancoradas na continuidade da Fase IV de expansão do Porto Itapoá, no avanço das obras de dragagem do canal de acesso e na solidez da sua posição de mercado.

A Administração agradece a confiança dos acionistas durante a gestão da Companhia e de suas investidas ao longo do exercício de 2025.

São Paulo, 14 de maio de 2026

Ricardo Propheta Marques

José Antonio da Rosa Neto

Ricardo Marques Propheta

José Antonio da Rosa Neto

Diretoria

N.O.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A.

2025.05.14 - NOGSPE Empreendimentos e Participações - Relatório da Administração.pdf

Documento número #863f4cb3-ec62-497c-9e48-0fe5cd8190a8

Hash do documento original (SHA256): 0fa4ec831fd43e710f6a1be8aea23146c9c751c93d7e636d43be4e37792a3da3

Assinaturas

✓ José Antonio da Rosa Neto

Assinou em 14 mai 2026 às 18:37:32



José Antonio da Rosa Neto

✓ Ricardo Propheta Marques

Assinou em 14 mai 2026 às 18:43:56



Ricardo Propheta Marques

Log

- 14 mai 2026, 18:33:45 Operador com email camila.barbosa@brz.com.br na Conta 164ffa85-3e7e-428e-8a4d-face1333fc3c criou este documento número 863f4cb3-ec62-497c-9e48-0fe5cd8190a8. Data limite para assinatura do documento: 13 de junho de 2026 (18:33). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 14 mai 2026, 18:34:45 Operador com email camila.barbosa@brz.com.br na Conta 164ffa85-3e7e-428e-8a4d-face1333fc3c adicionou à Lista de Assinatura: *****9676 para assinar, via WhatsApp.
- Pontos de autenticação: Token via WhatsApp; Nome Completo; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Ricardo Propheta Marques.
- 14 mai 2026, 18:34:45 Operador com email camila.barbosa@brz.com.br na Conta 164ffa85-3e7e-428e-8a4d-face1333fc3c adicionou à Lista de Assinatura: jose.neto@brz.com.br para assinar, via E-mail.
- Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo José Antonio da Rosa Neto.
- 14 mai 2026, 18:37:32 José Antonio da Rosa Neto assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail jose.neto@brz.com.br. Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 9cc72d(...), vide anexo manuscript_14 mai 2026, 18-37-24.png. IP: 187.11.124.106. Componente de assinatura versão 1.1442.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

-
- 14 mai 2026, 18:43:56 Ricardo Propheta Marques assinou. Pontos de autenticação: Token via WhatsApp *****9676, com hash prefixo 429178(...). Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 6cc025(...), vide anexo manuscript_14 mai 2026, 18-43-47.png. IP: 177.188.158.77. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -23.57874578182352 e longitude -46.67217762819348. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.1442.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 14 mai 2026, 18:43:56 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 863f4cb3-ec62-497c-9e48-0fe5cd8190a8.
-



Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 863f4cb3-ec62-497c-9e48-0fe5cd8190a8, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

Anexos

José Antonio da Rosa Neto

Assinou o documento em 14 mai 2026 às 18:37:32

ASSINATURA MANUSCRITA

Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 9cc72d(...)

A handwritten signature in black ink, reading "José Antonio da Rosa Neto". The signature is enclosed in a dashed rectangular box. A faint, semi-transparent watermark is visible over the signature, containing the text "REPRODUÇÃO PROIBIDA" and the date "14/05/2026 18:37:27".

José Antonio da Rosa Neto
manuscript_14 mai 2026, 18-37-24.png

Ricardo Propheta Marques

Assinou o documento em 14 mai 2026 às 18:43:56

ASSINATURA MANUSCRITA

Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 6cc025(...)



Ricardo Propheta Marques
manuscript_14 mai 2026, 18-43-47.png